

Acordo e perdão de dívida

Externa

J. CARLOS DE ASSIS

Não há nada de surpreendente na declaração do Subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, sobre a "necessidade" de o Brasil fechar um acordo com os bancos credores da dívida externa antes da aprovação definitiva do programa econômico encaminhado ao FMI. Faz o papel dele, em atenção à platéia doméstica. O importante é que esse tipo de pressão não altere o cronograma e os parâmetros de renegociação decididos pelo Governo brasileiro. E este parece ser um princípio bem assentado.

De maior significado para o Brasil, em termos de efeitos políticos na próxima reunião do Fundo, semana que vem, foi a recente iniciativa do Presidente Bush de solicitar ao Congresso autorização para cancelar parte dos créditos do Governo norte-americano contra países do Terceiro Mundo. Não pelo montante envolvido (pouco mais de US\$ 7 bilhões). Mas pelo que representa como mudança de atitude em relação a um tema tradicionalmente encarado nos Estados Unidos como um tabu.

Na opinião do Embaixador Jório Dauster, chefe da comissão negociadora brasileira, a iniciativa do Presidente norte-americano resolve o paradoxo político do Plano Brady, que inovou ao sancionar oficialmente a recomendação de redução parcial da dívida do Terceiro Mundo junto aos bancos comerciais, mas não comprometia diretamente no

esquema o Governo dos Estados Unidos. Governos europeus, liderados pela França, vinham propondo o perdão da dívida dos países mais pobres, mas até há pouco não encontravam qualquer ressonância em Washington.

Para o Brasil, a parcela da dívida total representada por crédito concessional do Governo norte-americano é mínima (pouco mais de US\$ 1 bilhão). Contudo, a iniciativa de Bush pode alcançar também parte dos créditos comerciais através do Eximbank. Neste caso, abre-se uma janela para a renegociação da dívida junto a organismos oficiais dos países industrializados, reunidos no Clube de Paris, também com a perspectiva de redução parcial.

Em qualquer caso, trata-se de uma sinalização que reforça moral e politicamente os negociadores brasileiros na rodada que realmente importa, ou seja, a renegociação global de mais de US\$ 70 bilhões com os bancos comerciais, aí incluídos mais de US\$ 7 bilhões de juros atrasados. Até pouco tempo atrás, quando se conversava com autoridades ou banqueiros europeus, e mesmo japoneses, sobre a necessidade de uma solução inovativa e duradoura para a questão da dívida, a resposta geralmente era que a resistência política maior estava em Washington. Não só por causa da maior exposição dos bancos privados norte-americanos na América Latina, mas sobretudo em face das regras específicas de controle de crédito nos Estados Unidos. Com o Plano Brady, a retórica começou a mudar. A proposta de Bush ao Congresso é um concreto passo à frente, diante do qual as declarações do Subsecretário do Tesouro não parecem destinadas a ter maior efeito prático.